

UC ajuda a combater pobreza nos Açores

CES Investigadores da Universidade de Coimbra vão ajudar o Governo Regional dos Açores a imprimir uma nova dinâmica na estratégia de combate à pobreza e exclusão social. O apoio surge no âmbito de um protocolo assinado ontem entre as duas entidades. «Vamos tentar fazer algo de novo, que não seja, pelo menos, igual ao que foi feito durante 37 anos e que nos dê a esperança e o alento de mudar alguma coisa», afirmou Artur Lima, que tutela a área da Solidariedade Social, em Angra do Heroísmo, à margem da assinatura de um protocolo de cooperação com o Centro de Estudos Sociais (CES) da UC. Segundo dados do INE relativos a 2020, os Açores apresentavam uma taxa de risco de pobreza de 21,9%, menos 6,6% do

que em 2019. O anterior executivo, que governou a região até 2020, lançou uma estratégia regional de combate à pobreza e exclusão social entre 2018 e 2028. Um grupo de trabalho do atual governo reavaliou a estratégia e esse trabalho preliminar será avaliado, durante um ano, pelos investigadores da UC, que contam com a colaboração de equipas locais.

O trabalho vai permitir consolidar a estratégia de combate à pobreza, «na definição de objetivos ou eixos de ação» e na «formulação de medidas práticas». «Será fulcral para a implementação de um verdadeiro sistema de monitorização e acompanhamento da estratégia, que inclua indicadores de realização e de impacto associados a cada um dos eixos es-

tratégicos definidos», diz.

Sociólogo e investigador do CES-UC, José Manuel Mendes volta a estudar a pobreza na terra onde nasceu, 37 anos após ter assumido funções como coordenador das casas do povo, precisamente para estudar a pobreza. «Foi uma pequena surpresa verificar que os territórios de intervenção prioritária são os mesmos de 1985. Não é possível que em 37 anos estejamos a ler as mesmas terras», afirmou.

A pobreza «não é uma fatalidade», diz, alegando que o índice de vulnerabilidade social já testado no Reino Unido, em Portugal e no Brasil comprovou que é possível tirar as pessoas da pobreza. «É preciso mudar. Daqui a 10 anos não podemos estar com as mesmas terras,

com os mesmos sítios. Tenho dúvidas até se a estratégia de territórios prioritários é a mais adequada, mas isso depois veremos com a equipa», disse.

Alertou, no entanto, para o impacto da inflação e crise energética, que vai afetar a classe média. «Vai ser enorme e veremos as consequências que terão na região autónoma e a forma que teremos de propor algo que consiga mitigar e mobilizar as pessoas para deixarmos de ser uma região etiquetada com todos estes números», apontou. O diretor do CES António Sousa Ribeiro, reforçou a importância de as decisões políticas serem sustentadas em estudos científicos e avaliações rigorosas. «Estou convicto que, daqui a um ano, haverá um diagnóstico e propostas», disse. ◀